

# SINDICALISMO DE ESTADO, CUT E GOVERNO LULA

Trecho de investigação em curso

GT 18 - Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

Leonardo VEREZA de Freitas<sup>1</sup>

## RESUMO

O trabalho debate o tema do sindicalismo de Estado no Brasil. Observa a contradição existente entre sindicalismo livre e sindicalismo oficial de Estado no Brasil, situando-a no complexo de reestruturação produtiva pós anos 1970. Traça uma visão da história da Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil), observando sua trajetória desde a fundação em meio a greves ocorridas em fins do regime militar nos anos 1970 até sua passagem ao chamado “sindicalismo cidadão” nos anos 1990 e ainda o período de sua institucionalização no Governo Lula nos anos 2000. Conclui que no último período o movimento sindical alcança o momento de maior expressão do Sindicalismo de Estado no Brasil, elevando ainda o propositivismo sindical a uma forma superior.

Palavras-chaves: Sindicalismo de Estado; Lula; CUT-Brasil.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa que se apresenta tem como objetivo analisar a trajetória do sindicalismo de Estado no Brasil, tomando a análise do modelo de estrutura sindical estabelecido no país e as transformações do mesmo ao longo de sua história e em particular as recentes mudanças ocorridas no governo Lula (2003-2010).

Para tal, procedemos a uma pesquisa bibliográfica que permitisse uma reconstrução histórica e analítica. Utilizamos como base obras acadêmicas relacionadas a história do movimento sindical no Brasil, bem como trabalhos sociológicos que estabelecessem um conceitual teórico acerca do tema. Complementarmente utilizamos publicações de alguns periódicos da imprensa comum, de forma a ilustrar temporalmente alguns fatos citados, com relevância.

De modo que não poderia ser diferente em nossa abordagem, a conceituação teórica aos poucos vai tocando a prática. É neste sentido, que dos conceitos passa-se aos acontecimentos. O período que vai preparar a formação da central desembocará numa etapa sucessória, em que será percebida a institucionalização de um movimento inicialmente construído por fora dos sindicatos oficiais.

Ademais, inserimos esse conjunto de transformações no contexto da reestruturação produtiva do capitalismo ocorrida a nível mundial a partir dos anos 1970 e em particular no Brasil nos anos 1990, para perceber que papel cumpre o sindicalismo nesse momento. É nesse sentido que orientaremos nosso debate.

Debatemos as transformações progressivas sofridas pela Central, desde os tempos em que suas premissas eram a luta pelo socialismo e a luta contra a estrutura sindical, até a passagem ao sindicalismo cidadão e propositivo.

Por fim, buscaremos articular os elementos sistematizados ao longo da pesquisa, de modo a conseguir observar os caminhos do movimento sindical no Brasil como parte integrante das

---

<sup>1</sup> Leonardo Vereza de Freitas é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense e Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade. E-mail: leovereza@hotmail.com

transformações do modo de produção capitalista, concebendo o sindicalismo de Estado como um dos aspectos-chave do processo de dominação sobre as classes trabalhadoras.

## **I – SINDICALISMO DE ESTADO NO BRASIL**

### **Aspectos e efeitos do Sindicalismo de Estado**

Entendemos o sindicalismo de Estado como um sistema funcionalmente integrado e estabelecido através de uma conexão objetiva com os interesses políticos de dominação da burguesia (BOITO JR., 1991, p.291). Tendo como premissa a investidura sindical, ou seja, a prerrogativa do Estado em outorgar a carta sindical que reconhece dada entidade como representante de uma determinada categoria de trabalhadores numa determinada base territorial, o sindicato oficial tem toda a sua ação regulamentada e, portanto, limitada pelo Estado.

A proposta de regulamentação da estrutura sindical no Brasil idealizada por Getúlio Vargas foi, através de diversos decretos lei, implementada ao longo de seu primeiro governo (1930-1945). Segundo Werneck Vianna (1976), a implantação do modelo oficial de sindicato é parte-chave do projeto varguista. Neste modelo, cabia ao Estado reconhecer e controlar os sindicatos oficiais que atendessem a legislação, dentro de uma lógica corporativista, que buscava cercear as expressões do conflito social existente.

Apesar de quaisquer ajustes sofridos ao longo dos séculos XX e XXI, consideramos que o modelo sindical implantado por Vargas permanece fundamentalmente com suas bases inalteradas até os dias atuais. Sua expressão estatal se observa na investidura sindical, ou seja, no que Leôncio Martins Rodrigues (1983) caracterizou de “o monopólio legal de representação sindical concedido pelo Estado, ao sindicato oficial”. Da investidura, por sua vez, derivam duas outras formas de controle estatal: a unicidade sindical e a sustentação financeira compulsória regulada pelo Estado (BOITO JR., 1991).

Sobre o financiamento dos sindicatos feito de forma imposta pelo Estado aos trabalhadores, a mesma se dá por duas formas: por meio do imposto sindical, no qual é descontado anualmente de forma compulsória o valor de um dia trabalho do contracheque de cada trabalhador, e por meio da chamada taxa assistencial, cobrada dos trabalhadores na ocasião de fechamento de convenções coletivas.

As duas formas de sustentação financeiras citadas “constituem uma espécie de poder tributário que o sindicato oficial, enquanto ramo do aparelho de Estado, detém” (BOITO JR., 1991, p.37). Tais modalidades tornam os recursos dos sindicatos dependentes da cúpula do aparelho de Estado, seja através do Ministério do Trabalho que arrecada o Imposto Sindical, seja através da Justiça do Trabalho que assegura o repasse dos empregadores para os cofres dos sindicatos.

Estas são duas formas que garantem o custeamento da máquina sindical, tornando desnecessário o esforço imperativo dos dirigentes sindicais pelo aumento dos índices de filiação às entidades, já que o valor relativo às contribuições associativas em vários casos é pequeno (senão irrisório) frente à quantia arrecada pelas contribuições compulsórias (BOITO JR., 1991, p.35).

A vinculação ao Estado pela investidura, pela unicidade e pela sustentação compulsória traz efeitos contingentes, dos quais podemos citar: a tutela das Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego (SRTEs – órgãos de fiscalização do Ministério do Trabalho) sobre as eleições sindicais, o estabelecimento de um modelo para os estatutos das entidades sindicais, o controle das finanças dos sindicatos, o peleguismo, a ausência de organização sindical nos locais de trabalho, o assistencialismo, a organização fragmentada por categorias profissionais, a destituição de diretorias sindicais pelo Ministério do Trabalho<sup>2</sup>, entre outras.

---

<sup>2</sup>Esta medida, em tese, foi cancelada na Constituição de 1988. Entretanto, em função da investidura sindical e da tutela das SRTEs sobre as disputas eleitorais, consideramos importante citá-la por não ter sido absolutamente cancelada.

## Desorganizando os trabalhadores e moderando a luta sindical

Considerando o sindicato de Estado como uma organização de trabalhadores consentida pelas classes dominantes, podemos atestar que tal concessão não se dá de modo a garantir o direito das classes trabalhadoras se organizarem para desestabilizar o poder da burguesia. Muito pelo contrário, percebemos o quanto, mediante um conjunto de regulamentações estatais, esse tipo de organização limita a luta dos trabalhadores, e assim os desorganiza. Dessa forma, como considera Boito Jr. (1991, p.225), “desorganizar os trabalhadores significa organizá-los sob a direção política da burguesia”.

Com esse modo de organização desorganizadora, as classes dominantes com o acionar de seus instrumentos da burocracia estatal não somente fragilizam, mas também tornam por muitas vezes ineficazes os métodos de luta reivindicativos instituídos. Além disso, pela própria natureza da regulamentação estatal, “implica separar a luta sindical reivindicativa da luta revolucionária, isto é, da luta por um poder democrático-popular que inicie um processo de transição ao socialismo” (BOITO JR., 1991, p.225).

A conseqüência disso é também a reprodução de uma ideologia legalista sobre os próprios sindicalistas. Esta se manifesta pelas ilusões que permeiam os sindicalistas, quanto às vantagens em obter a direção dos sindicatos.

As perspectivas e decepções oriundas dessa ideologia são sintetizadas por Armando Boito Jr., a partir de entrevistas realizadas com sindicalistas do Estado de São Paulo nos anos de 1980:

O ingresso no aparelho sindical oficial arrefeceu o espírito militante dos sindicalistas e fez com que perdessem, exatamente ao contrário do que esperavam, o trabalho organizado que possuíam em algumas das maiores empresas do seu setor. O contingente de ativistas que acompanhavam a oposição sindical, em vez de se ampliar, como esperavam, estacionou ou, inclusive, diminuiu (BOITO JR, 1991, p.243).

Os dirigentes expõem esta problemática ao fazer considerações sobre as vantagens e desvantagens da máquina sindical. “Não veem, justamente, – como expõe Boito Jr. – que as dificuldades para a organização dos trabalhadores derivam, precisamente, das supostas vantagens do aparelho sindical” (1991, p.246).

E é quando o chamado “novo sindicalismo” passa a se tornar hegemônico na direção dos sindicatos marcados pelas greves do fim dos anos 1970, que se percebe uma viragem para baixo na ação sindical independente. A fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 pode ser considerada o ponto de culminação desse processo.

Boito Jr. avalia que:

Na conjuntura de crise do regime militar, a situação é mais complexa. Ressurgem as greves de massa e as correntes sindicais antipelegas aglutinam-se na CUT. Dentro dessa nova conjuntura, o sindicalismo de Estado desempenhou três funções: a) disciplinou e conteve um movimento grevista que surgira todo ele fora do sindicalismo de Estado e que nem esse aparelho, nem a ditadura tinham condições de suprimir; b) bloqueou a unificação, na base e no topo, de um movimento sindical de massa contra a ditadura *no momento mais crítico da crise política*; c) reduziu a CUT a um grupo de pressão antigoverno, impedindo a sua conversão numa central sindical de massa em oposição ao regime político e ao bloco de poder. O desempenho dessas três funções pelo sindicalismo de Estado foi um fator importante para viabilizar a política de auto-reforma do regime militar (BOITO JR., 1991, p.265).

O mesmo autor ainda conclui:

Tornar o sindicato oficial mais representativo, moderar a luta grevista e viabilizar a política de auto-reforma da ditadura, eram, como se vê, partes de uma mesma e única política. Deve-se observar que nessa conjuntura o novo sindicalismo e grande parte das oposições sindicais anti-pelegas, a despeito de conflituarem com o regime militar, permaneceram, diante da abertura sindical, prisioneiros da política do governo. Ao encaminharem a luta grevista reivindicativa, que nascera fora do sindicato de Estado, para o interior desse aparelho, essas correntes contribuíram para quebrar o isolamento do sindicato de Estado, exatamente o que era buscado pelo Ministério do Trabalho. A ideologia da legalidade sindical é, como todo populismo, uma ideologia autoritária. Ela se opõe a liberdade de organização sindical. Prisioneiro dessa ideologia, o novo sindicalismo não tinha uma alternativa a propor frente à política de liberalização do controle do Estado sobre os sindicatos oficiais. O confronto, sem dúvida, muito importante, dava-se na questão da extensão e do ritmo dessa liberalização. Mas não chegava à questão fundamental da luta pela liberdade de organização sindical. Desse modo, era possível essa confluência entre a política de abertura sindical e a prática do novo sindicalismo. Confluência que o desviara da luta consequente pelas liberdades democráticas e pela derrubada da ditadura militar (BOITO JR., 1991, p.277).

É possível perceber então como que, no momento de um dos maiores ascensos operários no Brasil, a institucionalização do movimento traduz-se, longe de uma conquista, na restrição da luta aos marcos legais estabelecidos pelo Estado.

## **II – CUT: Da luta contra a estrutura sindical ao sindicalismo cidadão em FHC**

### **Formação e desenvolvimento da CUT: socialismo sem estratégia definida**

Nos anos finais do regime militar é fundada a CUT, marcando a contribuição do “novo sindicalismo” – inicialmente externo a estrutura sindical estatal – à revitalização do sindicalismo de Estado, quando da tomada de vários sindicatos pelas lideranças forjadas nas greves dos anos 1970. A central estabelece como premissas de seu programa a luta contra a estrutura sindical e luta pela construção do socialismo. Entretanto, o projeto da CUT de uma “nova estrutura sindical” surge em bases movediças, na medida em que o Congresso de Fundação (e os que se seguiram) estabelece um modelo de organização de cima para baixo: definido em congresso e implantado em seguida. Quanto à estratégia de construção do socialismo, esta esbarra em outro conjunto de dificuldades (VÉRAS, 2011, p.149).

As resoluções do I Congresso da CUT (Concut), da I Plenária Nacional e do II Concut apontam um conjunto de orientações aos sindicatos filiados quanto ao esforço por estabelecer essa “nova estrutura sindical”. Definições abarcam métodos de organização interna, formas de sustentação autônoma e as formas de organização de base.

Entretanto, a inércia na aplicação de tais definições é constatada até mesmo pela direção da CUT, em diversos congressos da Central, tal como atestado nos documentos de resoluções IV e V Concut’s.

Com relação à alusão ao socialismo, a luta pelo mesmo é registrada de forma enfática em todos os congressos da Central. No entanto, a alusão ao mesmo se dá de forma vaga, “mais no campo do diagnóstico geral da sociedade enquanto capitalista (nos termos do marxismo) e na projeção de um horizonte geral (o socialismo)” (VÉRAS, 2011, p.122).

É nesses marcos que se percebe a fragilidade e baixo nível das formulações de “luta pelo socialismo” e de “luta contra a estrutura sindical” da Central. Tendo a capacidade objetiva de realizar o enfrentamento direto com o Estado, dado o nível de desgaste já enfrentado pelo regime militar em decomposição e dado o grau de direção que conseguiam imprimir sobre os trabalhadores, entretanto, não o fazem. Demonstram com isso, de que modo entendem o tipo de “luta pelo socialismo” propalado pelos mesmos.

## **Sindicalismo Cidadão**

As dificuldades da CUT em aplicar seus objetivos centrais aprovados em sua fundação se aprofundam frente a novos desafios colocados pela instauração de uma nova institucionalidade, que levam a central a adaptações à nova ordem. E é nesse processo que a mesma realiza um conjunto de mudanças prático-discursivas que vão tomando as resoluções congressuais e a ação política da Central e de seus sindicatos filiados. Em termos práticos, isso se realiza numa a guinada que vai do “combate à estrutura sindical por dentro” à “ação institucional da central”.

Inauguram sua ação institucional na Constituinte de 1988 e aprofundam a mesma na participação da Central nas Câmaras Setoriais, criadas no governo José Sarney (1985-1990) para estabelecer uma discussão entre governo e empresários que apontasse para políticas industriais nas diversas cadeias produtivas. Tal participação é resultado de articulação direta do então presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, Vicente Paulo da Silva – o “Vicentinho”, com a direção mundial da Ford Motors nos Estados Unidos. A ação sindical se dá no sentido de organizar uma solução a crise enfrentada pela empresa, que ameaçava deixar o país.

Travestida sob a denominação de luta por um “novo socialismo”, as proposições da Central vão abandonando as consignas socialistas gradativamente até assumir a forma de “cidadania”, como eixo de ação que a central deveria objetivar. As novas denominações da estratégia da central ficam bem delineadas já a partir do V Concut, realizado em maio de 1994, onde se fala de “socialismo humanista e democrático” e se projeta a ampliação da ação da Central em espaços institucionais, por exemplo.

No VI Concut (agosto de 1997), o debate pela via da postura propositiva e pela ação institucional se aprofunda, quando o setor majoritário da central defende a formulação de “resistência propositiva e disputa de hegemonia” (VÉRAS, 2011, p.246).

Num período de ataque aos direitos sociais, baseado na concepção de Estado mínimo – o chamado “Desmanche da Era FHC” (do período de oito anos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso) –, a CUT aprofunda sua ação propositiva e pelas vias institucionais, buscando lutar contra a hegemonia do chamado “ideário neoliberal”, que entre outras diretrizes, se orienta pela privatização de instituições públicas. Os termos “CUT cidadã” e “resistência propositiva” são aprovados dentre as resoluções do VII Concut (2000).

É necessário, entretanto, compreender a crise do sindicalismo dos anos 1990 no Brasil como um aspecto integrante do complexo de uma reestruturação produtiva do capitalismo, que provoca o obscurecimento da perspectiva de classe, através de uma nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital (ALVES, 2000).

Aplicado de modo parcial no Brasil nos anos 1980, na forma que Giovanni Alves (2000) caracteriza como “toyotismo restrito”, a reestruturação produtiva tomará maior impulso a partir dos anos 1990 nos governos de Fernando Collor e FHC, agora como “toyotismo sistêmico”<sup>3</sup> –

---

<sup>3</sup> Entendemos como toyotismo, bem como toyotismo restrito e sistêmico – suas formas parcial e total de aplicação – como um novo método de gestão da produção impulsionado pelo sistema Toyota, que conseguiu assumir um valor integral para o capital em processo. Com o uso de novas tecnologias microeletrônicas na produção e da chamada “*lean production*” (produção enxuta), o modelo estabelece uma nova subordinação forma-intelectual do trabalho ao capital. “É um estágio superior de racionalização do trabalho, que não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo-fordismo [...]. Entretanto, no

considerando o modelo toyotista como o “momento predominante do complexo de reestruturação produtiva na era da mundialização do capital” (ALVES, 2000, p.29).

### **III – Sindicalismo de Estado às Avessas?**

#### **Sindicalistas da CUT no governo Lula**

A história da CUT e de Luiz Inácio Lula da Silva se confundem. Luiz Inácio se projeta politicamente a partir de sua atuação no chamado “novo sindicalismo” nos anos de 1970 e nos primeiros anos da central, nos anos 1980. Fundador da CUT, conquista a posição de líder máximo da entidade, com status mantido até a atualidade, situando-se acima de todos os presidentes da central eleitos periodicamente. Com apoio da Central, Luiz Inácio se candidata a presidência da república por quatro vezes até ser eleito pela primeira vez em 2002.

Logo no início de sua gestão, em 2003, Luiz Inácio promove transformações na composição da burocracia estatal, que envolvem a CUT. Tais transformações são parte dos pilares dos compromissos firmados por Lula em sua campanha eleitoral, baseados fundamentalmente na chamada “Carta ao Povo Brasileiro”.

Através dessa carta e de seu programa de governo, Luiz Inácio se elege com a proposta de unir seguimentos sociais, que do ponto de vista do modo de produção se colocam de lados opostos. Busca se afirmar enquanto opção viável e confiável para o empresariado urbano e rural presente no Brasil e para os investidores nacionais e internacionais, enquanto que chama os setores populares a se integrarem ao seu projeto de governo.

É nesse sentido que o principal setor do movimento sindical brasileiro – aquele que abarca a Central Única dos Trabalhadores, do qual Luiz Inácio é oriundo – passou a realizar outra função, além de representar os trabalhadores frente à patronal e ao Estado. Esta Central, ao longo dos oito anos de gestão de Luiz Inácio, continuamente forneceu ministros, secretários de Estado e dirigentes em geral para cargos de governo e para a direção de empresas estatais.

Segundo Maria Celina D’Araújo (2009), no primeiro mandato de Luiz Inácio dezesseis ex-sindicalistas ocuparam cargos de ministros de Estado. Já no segundo mandato a presença de sindicalistas foi da ordem de seis. Em ambos verifica-se o maior índice de ministros com esse perfil, desde o governo de José Sarney – primeiro presidente após o regime militar. Os sindicalistas dos quais nos referimos neste trabalho são todos aqueles que tiveram atuação na direção da CUT e na direção de seus sindicatos filiados. Como atestado ainda no jornal O Globo de 05 de julho de 2005, através da matéria “A república sindicalista instalada na Petrobras”, demonstra-se que 22 dirigentes da empresa e do fundo pensão Petros tiveram antecedentes na direção de sindicatos petroleiros ligados a CUT (O GLOBO, 2009).

#### **Mobilizações nacionais da CUT no governo Lula**

É no governo de Luiz Inácio que ocorrem também transformações no método de luta reivindicativa por parte da CUT. O método de luta baseado na tática de organizar greves gerais deixou de fazer parte do *modus operandi* da Central, na medida em que nenhuma mobilização desse tipo foi convocada nesse período. (CRONOLOGIA..., 2011)

Dentre as mobilizações nacionais da CUT, cabem ser destacadas as Marchas Nacionais, Dias Nacionais de Luta, Showmícios de 1º de Maio, a Campanha Unificada dos Trabalhadores de 2006 e a

---

campo da gestão da força de trabalho, o toyotismo realiza um salto qualitativo na captura da subjetividade operária pela lógica do capital, o que o distingue, pelo menos no plano da consciência de classe, do taylorismo-fordismo” (ALVES, 2000, p.31). “É uma ‘ruptura’ no interior de uma continuidade plena.” (ALVES, 2000, p.33).

Conferência Nacional da Classe Trabalhadora de 2010. Nessas atividades, as reivindicações da Central tiveram como ênfase a redução da jornada de trabalho para 40 horas, fim do fator previdenciário, mudança da política econômica, reforma agrária, regulamentação da organização sindical dos servidores públicos, entre outras demandas (CRONOLOGIA..., 2011).

Nesses atos ainda, o apoio ao governo Lula se manifestava através da defesa do programa de governo e de medidas governamentais como a “Carta ao Povo Brasileiro” de 2002, o apoio ao veto de Lula à emenda 3 do projeto de criação da Super-receita, bem como o suporte ao governo Lula durante o período de denúncias contra este, quanto ao esquema de corrupção denominado “Mensalão”, ocorrido em 2005. O apoio à reeleição de Lula em 2006 e à eleição de Dilma Roussef em 2010, também foram marcas nas atividades da Central (CRONOLOGIA..., 2011).

### **Ação institucional e fóruns tripartites**

A proposta do governo Lula de diálogo com os diversos seguimentos da sociedade vem se materializar, quanto às relações institucionalizadas com o movimento sindical, através da promoção de fóruns tripartites que pudessem indicar políticas públicas ao governo. Desses, as centrais sindicais oficiais tomaram parte ativa, destacando-se a Central Única dos Trabalhadores. (CARVALHO, 2011).

O propositivismo levado a cabo pela CUT chama atenção logo no início do governo Lula, quando o presidente da central Luiz Marinho defende a proposta de Pacto Social (controle de inflação, de juros e congelamentos salariais) e ainda quando a central propõe acordo com os bancos para estabelecer o crédito consignado (empréstimos bancários com prestações pagas compulsoriamente nos contracheques dos trabalhadores e aposentados).

Com relação à criação dos fóruns que conjugaram a participação da CUT e de entidades patronais, cabe destacar a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT).

Como fóruns de discussão de caráter consultivo ao governo, os mesmos tiveram atuação ativa das lideranças máximas da CUT. Dentre um conjunto de questões discutidas relativas ao mundo do trabalho, estes fóruns formulam uma proposta de Reforma Trabalhista e Sindical a ser encaminhada ao Parlamento. Primeiro, de forma preliminar, sob a forma de um relatório<sup>4</sup> com consensos e recomendações do CDES ao FNT e depois na forma de um anteprojeto da Reforma, elaborado pelo FNT ao Congresso Nacional.

De forma ambígua, entretanto, o relatório do CDES ao mesmo tempo recomenda a liberdade e autonomia sindical, ao lado da solicitação pela manutenção da unicidade sindical. Por sua vez, o FNT ao fim dos seus trabalhos, encaminha ao Congresso Nacional a PEC 369/05 acerca da Reforma Trabalhista e Sindical.

Finalizados os dois mandatos de Luiz Inácio, a PEC 369/05 não foi sequer votada pelo plenário da Câmara dos Deputados, ficando retida às análises da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da casa. De todas as discussões levadas a cabo pelo FNT, a única proposta implementada com empenho do governo federal foi a de reconhecimento jurídico das Centrais Sindicais, ocorrido em março de 2008, pela Lei 11.648. Coube à reforma do judiciário ocorrida em 2004, modificar o artigo 114 da Constituição, pondo fim ao poder normativo da justiça do trabalho, mas mantendo a competência da mesma arbitrar sobre dissídios coletivos de natureza econômica.

Refletindo sobre as reais transformações ocorridas na estrutura sindical desde a fundação desta nos anos 1930, é possível perceber que os resultados dos debates e propostas do FNT durante o governo Lula, deixaram a mesma praticamente intocada. Nas palavras de Ricardo Antunes (2006, p.47), a proposta de reforma “preserva e intensifica o verticalismo, o cupulismo, o burocratismo das

---

<sup>4</sup> [http://www.mte.gov.br/fnt/Reforma\\_Sindical\\_e\\_Trabalhista\\_relatorio\\_final\\_do\\_CDES.pdf](http://www.mte.gov.br/fnt/Reforma_Sindical_e_Trabalhista_relatorio_final_do_CDES.pdf) , acessado em 22/12/2011

centrais sindicais, tolhendo o nascimento de novos organismos de base e restringindo ainda mais a ação autônoma dos trabalhadores”.

### As “conquistas” da CUT no governo Lula

Observando os resultados das reivindicações da CUT ao governo Lula, que obtiveram êxito total ou parcial, Carvalho (2011, p.14-15) faz considerações acerca do impacto das mesmas na correlação de classes no país (AGENDA, 2005). De forma geral, considera que todas as “conquistas” da CUT, a exceção dos reajustes ao salário mínimo, não traziam conflitos de interesses entre classes distintas. As medidas adotadas não implicavam em ônus ao empresariado, ao passo que o único a arcar com custos foi o Estado, demonstrando de forma clara a política do governo voltada ao pacto social.

Por fim, Carvalho (2011, p.17) conclui que a CUT negocia com o governo Lula, mais na condição de um importante definidor de votos ou mesmo de um apoiador do governo, do que com a ameaça de um poder condigno. Por sua vez, o governo não abre mão do apoio da CUT e demais centrais, em nome de sua estratégia de governabilidade. Fica a CUT então com seu peso sobre o governo, mais em função de sua capacidade de apontar voto nas eleições estaduais, do que em função de sua capacidade de mobilizar trabalhadores para as práticas de confronto.

### CONCLUSÃO

Analisar a atuação da CUT no governo Lula, tomando tal período dissociadamente do processo de construção da Central e à parte do desenvolvimento do sindicalismo de Estado no Brasil, poderia nos conduzir a concepções errôneas desse período tão recente da história.

Avaliando então rupturas e continuidades, de acordo com a conceituação teórica estabelecida nesse trabalho, coloquemo-nos a analisar o par sindicalismo livre *versus* sindicalismo de Estado, tomando como períodos de referência o primeiro governo de Getúlio Vargas e o governo Lula.

No primeiro momento, a dura repressão que o Estado aplica às associações livres dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, as medidas de incentivo e controle sobre os sindicatos oficiais, indicam, pelo seu dimensionamento, o nível de resistência das organizações autônomas operárias. Podemos concluir que a luta entre esses dois contrários era ainda intensa, numa situação em que o Partido Comunista do Brasil (PCB) atuava na ilegalidade e era obrigado a recorrer às formas clandestinas mais diversas para organizar a luta dos trabalhadores.

Nesse período mais recente, o do governo Lula, podemos observar que essa luta toma outras formas. A repressão ao sindicalismo livre e os incentivos a adesão aos sindicatos oficiais são fenômenos temporariamente superados, pois é difícil perceber resquícios de atuação sindical fora da estrutura oficial. Entretanto, o mesmo não pode ser dito quanto ao controle sobre o movimento, que se dá num nível mais elevado que nos anos 1930, mas com nuances bem distintas. A cooptação do conjunto das classes trabalhadoras para o modelo de sindicalismo de Estado no governo Lula se dá de forma quase que completa. E a Central sindical que por mais tempo na história do país acumulou embates externos e internos, não poderia deixar de ser a expressão concentrada da cooptação ao modelo de sindicalismo de Estado.

Para analisar as formulações da CUT que fazem alusão ao socialismo, tomaremos o referencial teórico deixado por Lenin quanto a atuação nos sindicatos tendo em vista a luta pela construção do socialismo. Tais considerações encontram-se expostas em sua obra “Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo” (1989).

Lenin, para defender a atuação dos bolcheviques nos sindicatos, de forma objetiva justifica a mesma como uma via para temperar a classe tendo em vista a tomada do poder e o estabelecimento da ditadura do proletariado. Na forma de uma organização sindical que propunha em seus estatutos o eixo



central de luta pelo socialismo, percebemos, entretanto, o quão débeis são tais premissas defendidas pela CUT, na medida em que nem mesmo há um acordo sobre o que se entende por socialismo no interior da mesma. Longe de ser uma posição autônoma e isolada da central, tais debilidades são expressão também das perspectivas de socialismo pequeno burguês do Partido dos Trabalhadores (PT), do qual diversos sindicalistas cutistas foram também fundadores em 1980 – três anos antes da fundação da central.

A falta de tal precisão, na verdade se converte num caminho oposto àquele apontado por Lenin, ou seja, temperar a classe nos sindicatos até (e ainda após) a tomada do poder através da revolução. Isso irá se comprovar na atuação da CUT junto ao governo Lula, atuação essa que não se restringe ao período do mandato do mesmo, mas também inclui a construção de sua plataforma de governo ao longo de quase vinte anos da Central.

Não é por outra razão, que torna-se no mínimo incoerente a expressão “luta contra a estrutura sindical” no verbete da CUT nos dias de hoje. A mesma não só aderiu à estrutura sindical de Estado, ela, juntamente com o PT, aderiu diretamente à estrutura de Estado, relegando a luta pelo socialismo a uma utopia inalcançável. E da dificuldade de concretização da “utopia do impossível”, passa-se a “utopia do realizável”. Daí as adaptações recentes de “socialismo humanista” ou “socialismo do século XXI”.

Concluimos, portanto, que o período do governo Lula apresenta o momento de maior expressão do sindicalismo de Estado na história de nosso país.

Por sua vez, não podemos deixar de considerar como se situa dentro do processo de revolucionamento dos meios de produção, produzido pelo sistema capitalista, a adesão progressiva ao sindicalismo de Estado verificada da formação da CUT ao governo Lula.

Concordamos com a análise de Alves (2000) de que a reestruturação produtiva do capitalismo, realizada a partir dos 1970, expressa uma ofensiva do capital na produção, que determina uma nova lógica produtiva do capital, o toyotismo, ou “produção enxuta”. Tal reestruturação envolve um sistema de inovações tecnológico-organizacionais no campo da produção social capitalista, combinada com diversos tipos de descentralização produtiva, como terceirizações e realocações industriais, criando novas legislações trabalhistas de cariz flexível, que precarizam o mundo do trabalho. Tais adequações fragmentam a classe em função do estabelecimento de novas formas de organização do trabalho. Esta fragmentação atinge, por sua vez, a consciência de classe, possibilitando uma nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital.

E em meio ao impacto sobre a consciência de classe dos trabalhadores, que passam a ser verificadas práticas sindicais de cariz propositivo e estratégias débeis de contestação à lógica do capital (ALVES, 2000, p. 10-11).

É com essa contextualização que consideramos que a passagem da CUT aos postos diretores do aparelho de Estado configura a elevação de seu cariz propositivo a um patamar mais elevado, inédito até então em nosso país. Consideramos ter elementos, assim, para afirmar que quanto ao papel do movimento sindical neste novo momento do capitalismo, a prática cutista no governo Lula aprofunda o desenvolvimento da reestruturação produtiva no Brasil, na medida em que passa do propositivismo sindical ao Estado e às classes dominantes, para uma etapa de propositivismo sindical através do Estado às classes dominantes.

Quanto ao sindicalismo livre, ou seja, quanto à possibilidade dos trabalhadores conseguirem se organizar rechaçando todo o legalismo imposto pelo Estado, não somente na luta pelos seus direitos imediatos, mas somando-se ao movimento de libertação de todos os explorados e oprimidos pelo capital, o caminho aparenta ser de ser de grandes percalços. Tudo demonstra que este precisará percorrer ainda duros embates para poder se afirmar, frente à institucionalização do movimento sindical no Estado brasileiro. Mas se nos anos 70, sua projeção se deu na luta contra os pelegos, no tempo atual será somente da ruptura e oposição à nova modelagem do sindicalismo oficial, que a liberdade sindical

poderá se desenvolver. E esse é um desafio ainda não solucionado, que somente um movimento sindical classista e independente de fato, ancorado no “chão de fábrica”, poderá resolver.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Uma esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT. Campinas: Armazém do Ipê, 2006.

BOITO JUNIOR, Armando. (1991) O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: HUCITEC, 1991.

CARVALHO, Guilherme de. Em busca do poder institucional: as conquistas da CUT no Governo Lula. 2011. Trabalho apresentado ao XV Congresso Brasileiro de Sociologia, GT: Trabalho, sindicalismo e ações coletivas. Curitiba, 2011.

D'ARAUJO, Maria Celina. A elite dirigente do governo Lula. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LENIN, Vladimir Ilitch. “Left-wing” Communism, an infantile disorder. New York: International Publishers, 1989.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Formação histórica do sindicalismo e do sistema de relações de trabalho brasileiro, in Cadernos de Pós-Graduação nº 2. São Paulo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1983.

VÉRAS, Roberto. Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

### **Documentos:**

AGENDA dos Trabalhadores: projetos e temas da CUT para o diálogo com os poderes executivo, legislativo e judiciário. Brasília: CUT, 2005.

CRONOLOGIA de Lutas. (acessado em <http://cedoc.cut.org.br/cronologia-das-lutas> em 26/12/2011). São Paulo: Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT, 2011.

LULA da Silva, Luiz Inácio. Carta ao Povo Brasileiro. São Paulo: Partido dos Trabalhadores, 2002.

PROTOCOLO de Intenções de Valorização do Salário Mínimo. Brasília: Governo Federal, CAT, CUT, FS, CGTB, CGT, SDS, 24 de janeiro de 2006.

REFORMA Sindical e Trabalhista: Relatório Consolidado. Brasília: CDES, 2003.

RESOLUÇÕES do IV Concut. São Paulo: CUT, 1991.

RESOLUÇÕES do V Concut. São Paulo: CUT, 1994.

RESOLUÇÕES e imagens. VII Concut. São Paulo: CUT, 2000.

RESOLUÇÕES da 10a plenária da CUT. São Paulo: CUT, 2002.

### **Jornais e Periódicos**

O GLOBO, Jornal. A república sindicalista instalada na Petrobras. Rio de Janeiro: Editora Globo, 05 de julho de 2009.